



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 6º Bimestre/2014



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2014 foi marcado pelo descompasso de crescimento das receitas e despesas. As despesas de caixa cresceram, em 2014, 11,7% em relação ao ano de 2013, enquanto as receitas de caixa cresceram, no mesmo período, 9,2%. Todavia, quando se retira as receitas de *Royalties* e Participações Especiais (PE) da receita de caixa, este crescimento das receitas foi de 5,2%, ou seja, menos da metade do crescimento das despesas. A análise da receita de caixa sem recursos de *Royalties* e PE é importante porque o petróleo é um recurso natural finito e o desempenho dessas receitas é volátil, ancorado no mercado internacional dessa *commodity*.

O reflexo do referido descompasso pode ser verificado no Resultado do Tesouro, que encerrou 2014 negativo em -R\$ 822,8 milhões (incluindo R\$ 267,8 milhões de despesas sem empenho prévio). Nota-se, portanto, a ampliação do déficit em mais de R\$ 400 milhões no ano de 2014 em relação a 2013, cujo resultado foi também negativo em -R\$ 396,1 milhões.

Merece destaque o crescimento das despesas de pessoal do Poder Executivo com recursos de caixa, da ordem de 18% em 2014 comparado a 2013. Esse crescimento se fez sentir no percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal, que passou de 42,4% para 43,3%, no período em análise. Se desconsiderarmos as receitas de *Royalties* e PE, esse percentual atinge 51%, acima, portanto, do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 49%.

O cenário econômico para 2015 é desafiador e requer por parte do governo estadual medidas que visem assegurar o equilíbrio fiscal, recompor as reservas de caixa, recuperar a capacidade de investir com recursos próprios, racionalizar a tributação e melhorar o ambiente de negócios para atrair empresas e empregos.



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

Execução do Tesouro	R\$ Mil						
	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Varição Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)	Varição 2014/2013
Receita de Caixa do Tesouro	1.812.875	1.949.870	7,6	9.513.018	10.392.027	9,2	879.009
Duodécimos aos Poderes	292.213	292.510	0,1	1.580.543	1.645.941	4,1	65.398
Despesa Empenhada do Executivo	1.983.705	1.893.209	-4,6	8.328.617	9.301.102	11,7	972.486
PESSOAL	840.788	918.156	9,2	4.192.930	4.946.403	18,0	753.473
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	578.711	571.755	-1,2	2.069.324	2.308.164	11,5	238.841
FINANCIAMENTO FUNDAP	101.189	91.951	-9,1	677.075	550.192	-18,7	-126.883
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	88.518	91.656	3,5	488.865	475.638	-2,7	-13.227
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	36.971	39.663	7,3	219.712	226.952	3,3	7.240
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	337.528	180.027	-46,7	680.711	793.753	16,6	113.042
Resultado do Tesouro em 2014	-463.044	-235.848		-396.142	-555.016		-158.874
Despesas sem Empenho	0	267.761	-	0	267.761	-	267.761
Resultado após Despesas sem Empenho	-463.044	-503.610		-396.142	-822.778		-426.636

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Exceto Defensoria Pública

Nota: De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral

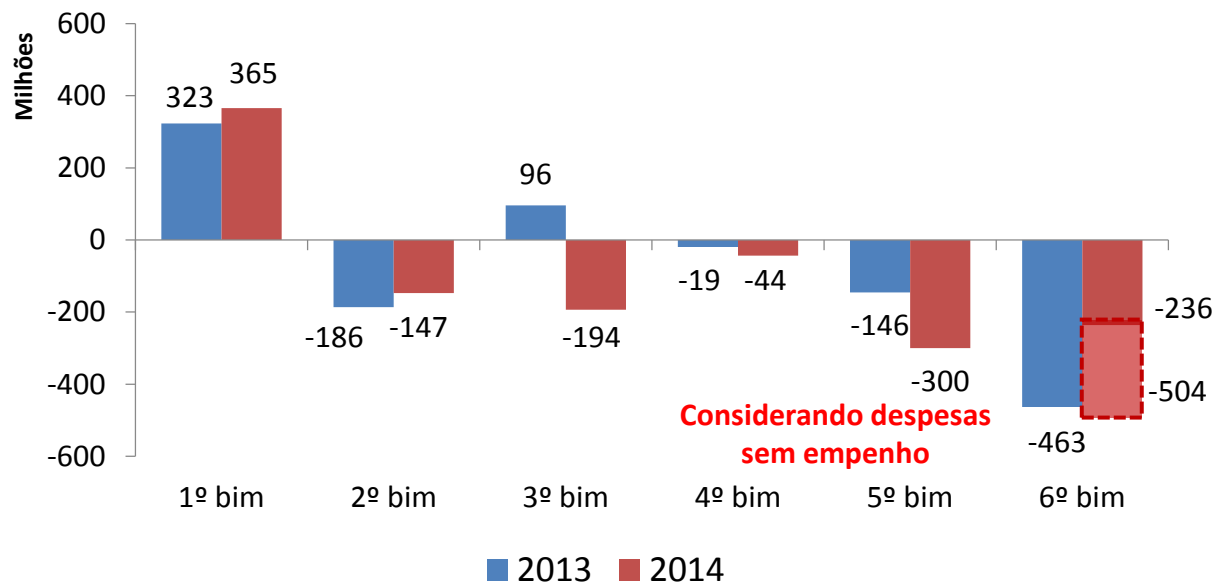
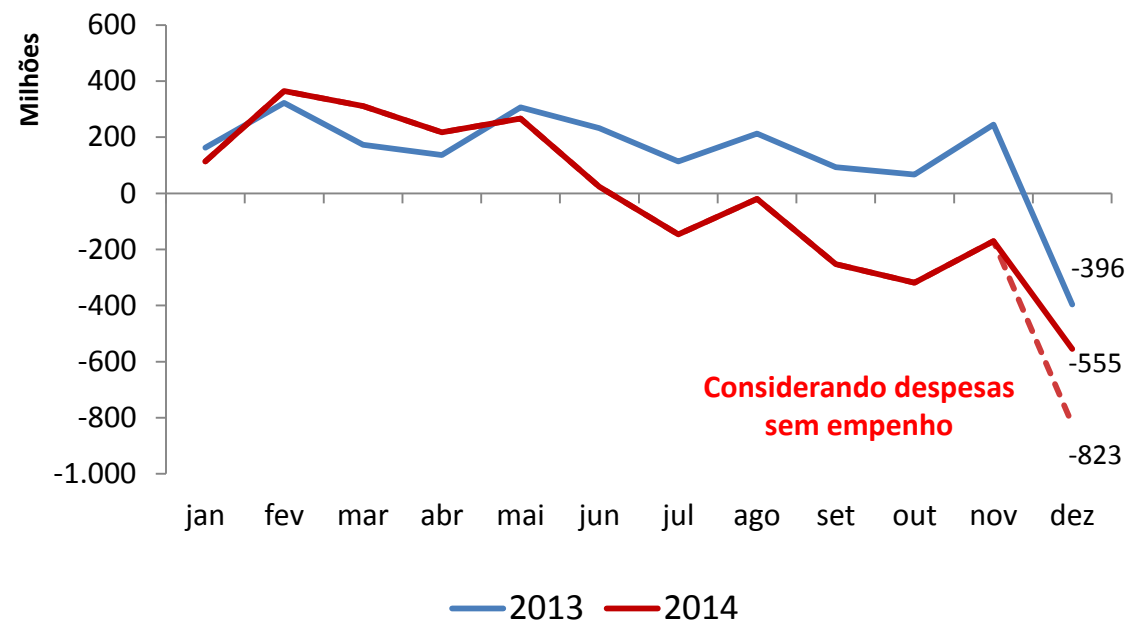


Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Nota: De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até dezembro de 2014 obteve um crescimento nominal de **+11,2%** em relação ao mesmo período de 2013.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	R\$ Mil Variação 2014/2013
RECEITA TOTAL	2.454.760	2.809.868	14,5	13.494.651	15.003.851	11,2	1.509.200
Receitas de impostos e taxas	1.727.659	1.811.216	4,8	10.196.853	10.602.994	4,0	406.141
ICMS - Inclusive FUNDAP	1.479.920	1.513.534	2,3	8.605.920	8.705.098	1,2	99.178
Taxas	82.618	95.484	15,6	491.899	545.961	11,0	54.062
Recuperação da dívida ativa	32.919	57.636	75,1	193.041	318.778	65,1	125.736
IPVA	12.362	15.128	22,4	382.187	423.755	10,9	41.568
IRRF	112.588	116.680	3,6	487.209	558.703	14,7	71.494
ITCD	7.253	12.754	75,8	36.597	50.699	38,5	14.102
Receitas de Transferências	859.857	1.039.011	20,8	4.132.270	4.886.800	18,3	754.530
Royalties e Participações Especiais	351.018	481.841	37,3	1.301.365	1.774.562	36,4	473.198
FPE	188.826	198.775	5,3	999.453	1.089.115	9,0	89.662
Educação - FNDE e FUNDEB	166.009	167.842	1,1	934.250	961.289	2,9	27.039
Saúde - SUS	79.846	78.914	-1,2	493.935	543.176	10,0	49.241
Cota-parte do IPI	49.986	47.222	-5,5	252.024	241.699	-4,1	-10.325
FEX e Lei Kandir	10.392	15.588	50,0	62.351	153.004	145,4	90.653
Outras transferências	13.780	48.829	254,3	88.892	123.953	39,4	35.061
Outras Receitas (voluntárias e outras)	100.130	117.345	17,2	542.580	652.985	20,3	110.405
Receitas de Operações de Crédito	107.119	179.450	67,5	910.704	855.353	-6,1	-55.351
Receitas Transferidas	-710.207	-738.488	4,0	-4.230.226	-4.337.311	2,5	-107.085
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-276.992	-289.828	4,6	-1.615.743	-1.673.128	3,6	-57.386
Repasse Constitucional aos Municípios	-433.215	-448.661	3,6	-2.614.483	-2.664.183	1,9	-49.700
Receitas do Instituto de Previdência	370.202	401.335	8,4	1.942.471	2.343.031	20,6	400.560

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (sem FUNDAP) realizada até dezembro de 2014 apresentou crescimento nominal de **+2,7%** em relação ao mesmo período de 2013.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Varição Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)	R\$ Mil Varição 2014/2013
ICMS (SEM FUNDAP)	1.330.774	1.380.381	3,7	7.716.044	7.924.454	2,7	208.410
Energia Elétrica	121.311	156.666	29,1	741.853	774.188	4,4	32.335
Diversos	42.839	55.088	28,6	280.196	368.942	31,7	88.746
Comércio	249.582	286.404	14,8	1.468.510	1.563.754	6,5	95.244
Substituição Tributária	346.737	386.809	11,6	1.964.781	2.166.002	10,2	201.221
Comércio Exterior	53.471	27.643	-48,3	373.525	224.811	-39,8	-148.715
Comunicação	96.255	91.921	-4,5	566.524	535.579	-5,5	-30.945
Simples Nacional	51.183	53.388	4,3	294.754	310.258	5,3	15.503
Transportes	59.837	55.729	-6,9	284.229	339.330	19,4	55.101
Indústria	309.559	266.732	-13,8	1.741.672	1.641.591	-5,7	-100.081

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa correspondeu a 69,3% da Receita Total, enquanto as vinculadas representaram 30,7%.

No último bimestre de 2014 a Receita de Caixa apresentou um crescimento nominal de **+7,6%** em relação ao mesmo período de 2013.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

ESPECIFICAÇÃO							R\$ Mil
	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Varição Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)	Varição 2014/2013
Receita Total	2.454.760	2.809.868	14,5	13.494.651	15.003.851	11,2	1.509.200
Receita Vinculada	641.886	859.998	34,0	3.981.633	4.611.824	15,8	630.191
Receita de Caixa do Tesouro	1.812.875	1.949.870	7,6	9.513.018	10.392.027	9,2	879.009
ICMS FUNDAP	111.859	101.038	-9,7	667.407	585.126	-12,3	-82.281
Royalties e Participação Especial	325.577	438.042	34,5	1.165.404	1.611.032	38,2	445.628
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,...)	149.448	145.444	-2,7	778.355	985.203	26,6	206.849
ICMS NORMAL	992.975	1.028.382	3,6	5.758.400	5.911.215	2,7	152.815
Cota-Parte FPE	188.826	198.775	5,3	999.453	1.089.115	9,0	89.662
IRRF	112.588	116.680	3,6	487.208	558.703	14,7	71.495
FUNDEB	157.670	155.640	-1,3	855.938	880.917	2,9	24.979
IPVA	6.181	7.527	21,8	190.981	211.768	10,9	20.787
ITCMD	7.253	12.754	75,8	36.597	50.699	38,5	14.102
Cota-Parte IPI	37.489	35.416	-5,5	189.018	181.274	-4,1	-7.743
Receita Transferida ao FUNDEB	-276.992	-289.828	4,6	-1.615.743	-1.673.027	3,5	-57.284

ESPECIFICAÇÃO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Varição Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)	Varição 2014/2013
Receita de Caixa do Tesouro sem Rendas do Petróleo	1.487.298	1.511.828	1,6	8.347.614	8.780.995	5,2	433.381
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	1.711.686	1.857.919	8,5	8.835.943	9.841.836	11,4	1.005.893

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada em 2014 apresentou percentual de realização de 102,4% do valor previsto para todo o período.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Prevista Inicial	Até Dezembro/2014	% Realizado
Receita Corrente Líquida	11.228.853	11.798.289	105,1
Receita de Caixa do Tesouro	10.147.286	10.392.027	102,4
Receita Vinculada	5.355.263	4.611.824	86,1
Receita Total	15.502.548	15.003.851	96,8

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Operações de Crédito

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)
Operações de Crédito Internas	812.458	684.038	-15,8
BNDES - BRT GV	5.460	19.383	255,0
BNDES - PROPAE	553.484	538.138	-2,8
BNDES - TRANSCOL IV	80.284	14.494	-81,9
BNDES - SAÚDE	4.962	23.759	378,9
CEF - PRÓ MORADIA	974	0	-100,0
CEF - FINISA	167.295	88.265	-47,2
Operações de Crédito Externas	98.246	171.315	74,4
BID - PROFAZ	8.069	11.621	44,0
BID - PRES III	90.177	159.693	77,1
TOTAL*	910.704	855.353	-6,1

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2014

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o BRT e Transcol IV, ambos do BNDES e o Programa Rodoviário III, com o BID, que se propõe a investimentos nas rodovias do Espírito Santo.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um crescimento de **11%** em 2014, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil						Variação 2014/2013
	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	
PESSOAL	1.200.917	1.305.534	8,7	6.086.563	7.118.360	17,0	1.031.798
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	835.798	846.585	1,3	2.915.684	3.324.287	14,0	408.603
FINANCIAMENTO FUNDAP	101.189	91.951	-9,1	677.075	550.192	-18,7	-126.883
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	90.175	92.353	2,4	494.265	478.975	-3,1	-15.290
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	37.063	40.302	8,7	219.824	227.664	3,6	7.841
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	710.416	508.769	-28,4	1.818.131	1.854.771	2,0	36.640
Total	2.975.558	2.885.494	-3,0	12.211.541	13.554.249	11,0	1.342.708

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Exceto Defensoria Pública

Nota:

1- O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.

2 - De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento de **11,7%** em 2014, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 8: Despesa Empenhada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil						Variação 2014/2013
	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	
PESSOAL	840.788	918.156	9,2	4.192.930	4.946.403	18,0	753.473
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	578.711	571.755	-1,2	2.069.324	2.308.164	11,5	238.841
FINANCIAMENTO FUNDAP	101.189	91.951	-9,1	677.075	550.192	-18,7	-126.883
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	88.518	91.656	3,5	488.865	475.638	-2,7	-13.227
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	36.971	39.663	7,3	219.712	226.952	3,3	7.240
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	337.528	180.027	-46,7	680.711	793.753	16,6	113.042
Total	1.983.705	1.893.209	-4,6	8.328.617	9.301.102	11,7	972.486

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Exceto Defensoria Pública

Nota:

1- O Aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.

2 - De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	R\$ Mil			
				Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	
Ativos - Vencimentos e Salários	380.353	388.432	2,1	2.016.120	2.065.648	2,5	49.528
Designação Temporária	133.498	195.645	46,6	460.951	808.958	75,5	348.007
Contribuição Patronal/Aporte	288.846	295.949	2,5	1.500.636	1.721.807	14,7	221.171
Outras Despesas de Pessoal	38.091	38.129	0,1	215.223	349.990	62,6	134.766
Pessoal e Encargos	840.788	918.156	9,2	4.192.930	4.946.403	18,0	753.473
Sentenças Judiciais (Precatórios)	36.971	39.663	7,3	219.712	226.952	3,3	7.240
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	877.759	957.819	9,1	4.412.642	5.173.356	17,2	760.713

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

Exceto Defensoria Pública



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Empenhada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	R\$ Mil
							Variação 2014/2013
Ativos - Vencimentos e Salários	389.955	398.297	2,1	2.064.880	2.117.742	2,6	52.862
Designação Temporária	133.610	195.669	46,4	461.488	809.284	75,4	347.796
Contribuição Patronal/Aporte	293.743	300.313	2,2	1.522.863	1.746.178	14,7	223.315
Outras Despesas de Pessoal	383.607	411.255	7,2	2.037.332	2.445.156	20,0	407.824
Pessoal e Encargos	1.200.917	1.305.534	8,7	6.086.563	7.118.360	17,0	1.031.798
Sentenças Judiciais (Precatórios)	37.063	40.302	8,7	219.824	227.664	3,6	7.841
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	1.237.979	1.345.836	8,7	6.306.386	7.346.025	16,5	1.039.638

Fonte: SIGEFES

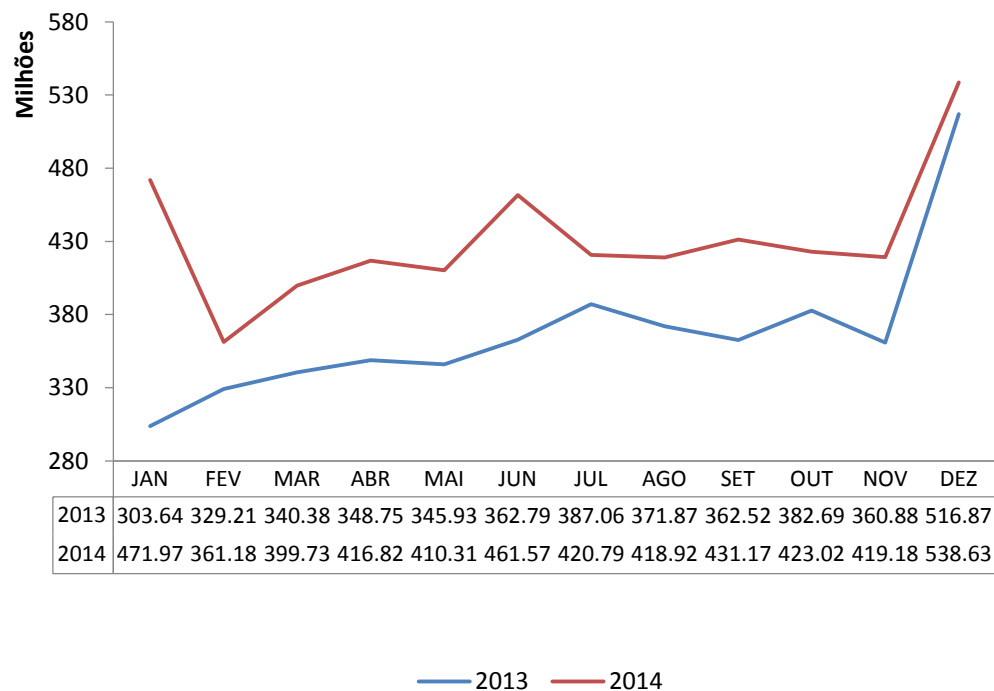
Elaboração: SEFAZ

Exceto Defensoria Pública



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo



	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2014	5.173
Janeiro a Dezembro 2013	4.413
Janeiro a Dezembro 2010	2.961

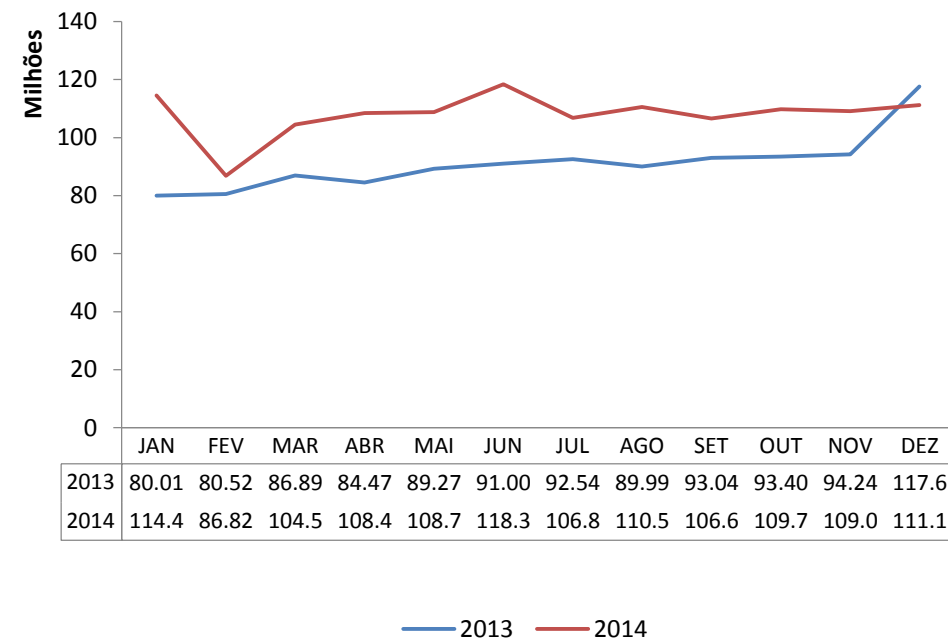


5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2014	5.173
Janeiro a Dezembro 2013	4.413
Janeiro a Dezembro 2010	2.961

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

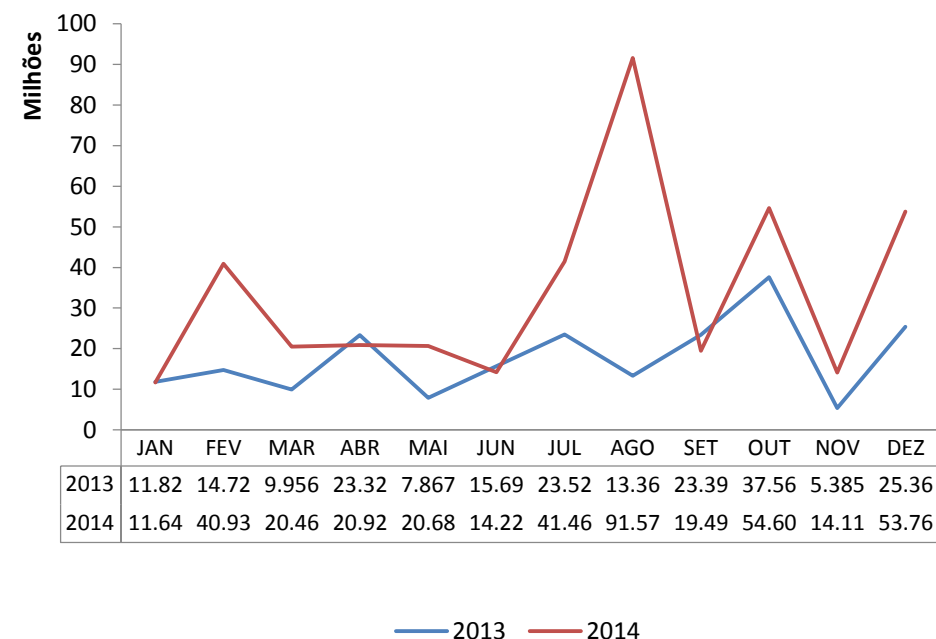


5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2014	404
Janeiro a Dezembro 2013	212
Janeiro a Dezembro 2010	114

Nota 1: O aumento de R\$ 50,1 milhões, verificado na receita referente ao mês de agosto/2014, ocorre, basicamente, em virtude do reconhecimento dos rendimentos das aplicações financeiras do RPPS auferidos no período de janeiro a julho/2014, de forma acumulada no mês de agosto/2014. O reconhecimento de tais rendimentos não ocorreu nos respectivos meses de sua ocorrência em decorrência de ausência de definição do critério por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Gráfico 5 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Dezembro 2014	2.308
Janeiro a Dezembro 2013	2.069
Janeiro a Dezembro 2010	1.327

Tabela 10: Despesa Empenhada com Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)	Variação 2014/2013
Subvenções	9.079	27.783	206,0	35.327	145.371	311,5	110.044
Serviços de Terceiros	359.997	336.503	-6,5	1.198.819	1.284.373	7,1	85.554
Material de Consumo	58.972	55.480	-5,9	151.889	192.284	26,6	40.395
Auxílios Financeiros	6.584	28.307	329,9	34.851	71.727	105,8	36.876
Passagens e Despesas com Locomoção	8.634	6.575	-23,8	75.059	90.355	20,4	15.297
Locação de Mão-de-Obra	28.570	30.802	7,8	106.627	114.229	7,1	7.601
Auxílios Alimentação, Fardamento e Transporte	4.328	5.869	35,6	32.659	38.715	18,5	6.057
Sentenças Judiciais	37	1.003	2.608,4	130	1.161	792,9	1.031
Diárias	1.622	1.377	-15,1	12.854	10.215	-20,5	-2.639
Demais Despesas de Custeio	70.750	50.674	-28,4	275.582	196.059	-28,9	-79.523
Total	548.573	544.373	-0,8	1.923.796	2.144.488	11,5	220.692
Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP)	28.378	25.445	-10,3	104.622	118.318	13,1	13.696
Despesas de Exercícios Anteriores	1.760	1.937	10,0	40.905	45.359	10,9	4.453
Total Geral	578.711	571.755	-1,2	2.069.324	2.308.164	11,5	238.841

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ
Exceto Defensoria Pública

Nota: De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Varição Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Varição Nominal (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	816	1.042	27,6	6.498	6.450	-0,7
PRODEST/CEASA	816	1.042	27,6	6.498	6.450	-0,7
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	83.784	85.979	2,6	455.809	438.657	-3,8
CEF	5.570	10.462	87,8	17.345	31.667	82,6
BNDES	27.162	37.205	37,0	105.470	159.143	50,9
União - Refinanciamento	30.009	25.712	-14,3	179.675	156.822	-12,7
Lei 9496	20.834	21.548	3,4	121.567	128.268	5,5
Refinanciamento	9.726	10.059	3,4	56.750	59.879	5,5
Saneamento	11.108	11.489	3,4	64.816	68.390	5,5
Cohab	3.165	4.165	31,6	19.365	22.525	16,3
Outras União	6.011	0	-100,0	38.743	6.028	-84,4
Baneses	7.813	8.099	3,7	45.651	48.169	5,5
Parcelamentos: INSS e PASEP	13.230	4.500	-66,0	107.668	42.857	-60,2
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	4.601	5.482	19,1	30.847	33.852	9,7
BID	915	1.467	60,3	15.754	17.844	13,3
BIRD	3.686	4.015	8,9	15.093	16.009	6,1
Dívida Pública Contratual	89.201	92.502	3,7	493.153	478.960	-2,9

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

R\$ Mil

DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	89.201	92.502	3,7	493.153	478.960	-2,9
Principal	46.133	35.460	-23,1	300.200	228.422	-23,9
Juros e Encargos	43.068	57.042	32,4	192.953	250.537	29,8
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	83.784	85.979	2,6	455.809	438.657	-3,8
Principal	41.951	31.028	-26,0	270.391	196.672	-27,3
Juros e Encargos	41.833	54.951	31,4	185.418	241.986	30,5
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	4.601	5.482	19,1	30.847	33.852	9,7
Principal	3.492	3.857	10,5	24.344	26.473	8,7
Juros e Encargos	1.109	1.624	46,5	6.502	7.380	13,5
Administração Indireta	816	1.042	27,6	6.498	6.450	-0,7
Principal	690	575	-16,7	5.465	5.278	-3,4
Juros e Encargos	126	467	269,4	1.033	1.172	13,4

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

até Dezembro/2014	RCL Total (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil) últimos 12 meses	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	11.798.289	5.111.649	43,33
TCCES	11.798.289	5.288.335	44,82
LRF sem Fundap	11.248.097	5.111.649	45,44
LRF sem rendas petrolíferas	10.023.726	5.111.649	51,00
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Dezembro/2013	Até Dezembro/2014
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	16,0	18,5
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	28,7	29,8

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Dezembro/2014		2014
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	11.798.289		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	3.182.321	27,0%	23.596.577
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	843.731	7,2%	1.887.726

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente de informações pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2014.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário		R\$ Mil				
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	6º Bimestre 2013	6º Bimestre 2014	Variação Nominal (%)	Até Dezembro 2013	Até Dezembro 2014	Variação Nominal (%)
RECEITA TOTAL	2.454.760	2.809.868	14,5	13.494.651	15.003.851	11,2
DEDUÇÕES	159.293	255.138	60,2	1.189.113	1.315.173	10,6
Aplicações Financeiras	51.429	75.022	45,9	276.024	457.734	65,8
Operações de Crédito	107.119	179.450	67,5	910.704	855.353	-6,1
Alienação de Bens	745	666	-10,5	2.385	2.086	-12,5
RECEITA PRIMÁRIA (1)	2.295.467	2.554.729	11,3	12.305.538	13.688.678	11,2
DESPESA TOTAL	2.778.571	2.965.056	6,7	13.721.665	15.156.024	10,5
DEDUÇÕES	89.064	92.353	3,7	494.265	478.975	-3,1
Juros e Encargos da Dívida	43.067	56.996	32,3	193.216	250.537	29,7
Amortização da Dívida	45.997	35.357	-23,1	301.049	228.438	-24,1
DESPESA PRIMÁRIA (2)	2.689.507	2.872.704	6,8	13.227.401	14.677.049	11,0
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	-394.040	-317.974		-921.863	-988.371	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo
SUPERÁVIT PRIMÁRIO
Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo
DÉFICIT PRIMÁRIO
Obrigações Financeiras a
descoberto

Nota: De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período.

Resultado Nominal do Estado	R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA	5.938.302	6.062.992
DEDUÇÕES	3.355.859	2.880.619
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.810.497	2.265.670
Demais Haveres Financeiros	755.684	855.573
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	210.322	240.624
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.582.443	3.182.373
PASSIVOS RECONHECIDOS	1.382.655	667.316
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.199.788	2.515.057
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	1.118.732	1.315.269

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento das Metas Fiscais R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	2013	2014	Meta LDO 2014
RESULTADO PRIMÁRIO	-921.863	-988.371	-471.020
RESULTADO NOMINAL	1.118.732	1.315.269	1.381.352

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Nota: De acordo com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência - Secont, foi apurado o montante de R\$ 307,3 milhões em despesas realizadas sem empenho prévio especialmente entre 2013 e 2014, dos quais R\$ 268 milhões correspondem a recursos ordinários, que serão pagas a partir do exercício de 2015 sob a forma de “despesas de exercícios anteriores”.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Eliziane Bortolotti Lorenzon

Roberto Paula de Freitas Campos

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.